




Observatório da Oposição

1º DE ABRIL • RELATÓRIO SEMANAL Nº 43



**Em conflito de interesses,
ministro da CGU, seu chefe de
gabinete e filho de Haddad são
sócios em escritório de
advocacia que defende
empresas no Cade**



SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

PRIORIDADES DA SEMANA

1

POLÍTICA

2

GESTÃO FISCAL

3

TRABALHO

4

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

5

MEIO AMBIENTE

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.



Em conflito de interesses, ministro da CGU, seu chefe de gabinete e filho de Haddad são sócios em escritório que defende empresas no Cade

À frente da Controladoria, ministro tem acesso privilegiado a informações que afetam grandes clientes de sua banca; caso expõe grave conflito de interesses em ações que envolvem bilhões de reais dos cofres públicos

Síntese

- A nomeação de Vinícius Marques de Carvalho como ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) levanta preocupações sobre conflitos de interesse, especialmente devido à sua participação societária em um escritório de advocacia, o VMCA Advogados, que tem atuação marcante junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).
- A CGU detém poderes significativos, como condução de auditorias e investigações, requisição de informações e implementação de medidas corretivas, conforme estabelecido na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023. O estabelecimento de um acordo de cooperação técnica entre a CGU e o Cade aumenta ainda mais a possível interseção entre os interesses do governo e as atividades do escritório de advocacia.
- A presença de outros associados do escritório de advocacia, como Flávio Prol, chefe de gabinete na CGU, e Frederico Haddad, filho do ministro da Fazenda, além da expansão dos negócios do escritório para Brasília, corrobora as preocupações sobre eventuais conflitos de interesse, como estabelecido pela Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.



Análise

- A nomeação de Vinícius Marques de Carvalho como ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) levanta questões sobre a possível existência de conflitos de interesse na instituição.
- Primeiramente, o ministro-chefe consta como sócio cotista com capital do escritório de advocacia VMCA Advogados, listado ainda no sítio eletrônico da entidade como sócio licenciado. Salientamos que o nome do escritório deriva de uma sigla antropônima que faz referência direta a Vinícius Marques de Carvalho, o que permite depreender o papel desempenhado por ele na sociedade de advogados.
- O escritório é reconhecido por sua expertise em questões concorrenciais, uma área na qual Vinícius Marques de Carvalho possui vasta experiência devido à sua atuação como conselheiro e presidente do (Cade). No entanto, essa conexão também suscita preocupações quanto a possíveis conflitos de interesse, dado o acesso à informação e poderes inerentes ao exercício do comando da CGU.
- No exercício de suas competências como ministro da CGU, são atribuídos poderes especiais, tais como a condução de auditorias, inspeções e investigações, a requisição de informações de outros órgãos governamentais, a solicitação de documentos e relatórios, e a implementação de medidas corretivas, conforme descrito na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

"Art. 49. Constituem áreas de competência da Controladoria-Geral da União:

I - defesa do patrimônio público;

II - controle interno e auditoria governamental;

III - fiscalização e avaliação de políticas públicas e de programas de governo;

IV - integridade pública e privada;

V - correção e responsabilização de agentes públicos e de entes privados;

[...]

§ 1º As competências atribuídas à Controladoria-Geral da União compreendem:

[...]

II - realizar inspeções, apurar irregularidades, instaurar sindicâncias, investigações e processos administrativos disciplinares, bem como acompanhar e, quando necessário, avocar os referidos procedimentos em curso em órgãos e em entidades federais para exame de sua regularidade ou condução de seus atos, além de poder promover a declaração de sua nulidade ou propor a adoção de providências ou a correção de falhas;

III - instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas com fundamento na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, acompanhar e, quando necessário, avocar os referidos procedimentos em curso em órgãos e em entidades federais para exame de sua regularidade ou condução de seus atos, além de poder promover a declaração de sua nulidade ou propor a adoção de providências ou a correção de falhas, bem como celebrar, quando cabível, acordo de leniência ou termo de compromisso com pessoas jurídicas;

VI - promover a fiscalização e a avaliação do conflito de interesses, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013;

§ 5º Para o desempenho de suas atividades, a Controladoria-Geral da União deverá ter acesso irrestrito a informações, a documentos, a bases de dados, a procedimentos e a processos administrativos, inclusive os julgados há menos de 5 (cinco) anos ou já arquivados, hipótese em que os órgãos e as entidades da administração pública federal ficam obrigados a atender às requisições no prazo indicado e se tornam o órgão de controle corresponsável pela guarda, pela proteção e, conforme o caso, pela manutenção do sigilo compartilhado".

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

- Durante o primeiro ano de atuação do ministro-chefe da CGU, a entidade formalizou acordo de cooperação técnica com o Cade para melhorar os fluxos de controle e compartilhar informações e bases de dados para fortalecer as investigações. Em tese, busca-se expandir as investigações sobre cartéis, visando uma atuação mais ágil e precisa contra fraudes que afetam a administração pública. Na prática, facilitará o acesso a dados sobre processos em curso no Cade.
- Entre os principais clientes do escritório, destacam-se grandes empresas brasileiras que enfrentam litígios em curso perante o Cade, como a Suzano Celulose, a Cosan e a Ambev.

Frederico Haddad, filho do ministro Fernando Haddad



- Todavia, a relação entre a VMCA Advogados e o governo vai além de Vinícius. Flávio Prol, seu colega de escritório, atua como chefe de gabinete na CGU. Importante destacar que Prol também é sócio da VMCA Advogados, sendo listado como licenciado no site da empresa. Além de Flávio Prol, notabiliza-se a presença de Frederico Haddad, filho do ministro da Fazenda, no quadro da VMCA Advogados. Haddad, advogado pleno da VMCA desde 2017, atua em processos no Cade relacionados à concorrência e regulação.
- Recentemente, a companheira de Vinícius Marques de Carvalho e também sócia do escritório, Marcela Mattiuzzo, assumiu a responsabilidade de ampliar os negócios da VMCA de São Paulo para Brasília, visando fornecer serviços especializados em advocacy. O objetivo da expansão é atender clientes com interesses ligados às autoridades em Brasília, com destaque para o Congresso. Nessa toada, a permanência de Carvalho como sócio do escritório VMCA reforça preocupações sobre possíveis conflitos de interesses, pois podem ser arguidos questionamentos sobre a imparcialidade de Carvalho ao lidar com situações que envolvam empresas ou setores representados pelo VMCA.
- Considerando as situações que caracterizam conflito de interesse, tal como preconizado pela Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, observamos pelo menos quatro situações potencialmente problemáticas na situação do ministro-chefe da CGU. O Capítulo II do referido diploma legal trata de situações que caracterizam conflito de interesses, como uso de informações privilegiadas, atividades comerciais com entidades relacionadas a decisões do agente público, entre outros, aplicando-se mesmo durante licenças ou afastamentos dos ocupantes dos cargos mencionados.



"CAPÍTULO II

DAS SITUAÇÕES QUE CONFIGURAM CONFLITO DE INTERESSES NO EXERCÍCIO DO CARGO OU EMPREGO.

Art. 5º Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;

II - exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;

III - exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

IV - atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;

VI - receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

VII - prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

Parágrafo único. As situações que configuram conflito de interesses estabelecidas neste artigo aplicam-se aos ocupantes dos cargos ou empregos mencionados no art. 2º ainda que em gozo de licença ou em período de afastamento".

Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013

- A duplicidade de funções não é intrinsecamente ilícita, mas é fundamental compreender os limites entre atuação pública e privada para conciliar adequadamente as atividades.
- Salientamos que conflitos entre o interesse público e privado podem ocorrer mesmo na ausência de prejuízo financeiro ou ganho pessoal, como divulgação de informações privilegiadas ou relações comerciais com partes interessadas.
- Em síntese, a conexão entre Carvalho e o escritório de advocacia VMCA Advogados, juntamente com as atividades de seus colegas associados na CGU, suscita preocupações legítimas sobre possíveis conflitos de interesses. Essas preocupações são corroboradas pela expansão dos negócios do escritório para Brasília e a atuação de seu escritório junto ao Cade.

Sobre Vinicius Marques de Carvalho

- Vinicius Marques de Carvalho é o atual ministro-chefe da Controladoria Geral da União (CGU) e associado ao Grupo Prerrogativas, entidade conhecida por suas críticas à Operação Lava Jato.



- Carvalho foi militante do Partido dos Trabalhadores por pelo menos 13 anos. Filiou-se ao PT de São Paulo em 10 de abril de 2000 e afirmou ter se desligado da agremiação em 2013.
- Em 2012, serviu como presidente do Cade durante o governo de Dilma Rousseff, após ingressar como conselheiro em 2008. Sua atuação no Cade não esteve isenta de controvérsias, tendo sido questionado por omitir na sabatina do Senado a sua passagem pelo gabinete do deputado estadual Simão Pedro (PT-SP).
- Vinícius também foi chefe de gabinete na Secretaria Especial dos Direitos Humanos e secretário de Direito Econômico no Ministério da Justiça durante as gestões de Paulo de Tarso Vannuchi e José Eduardo Cardozo, respectivamente.

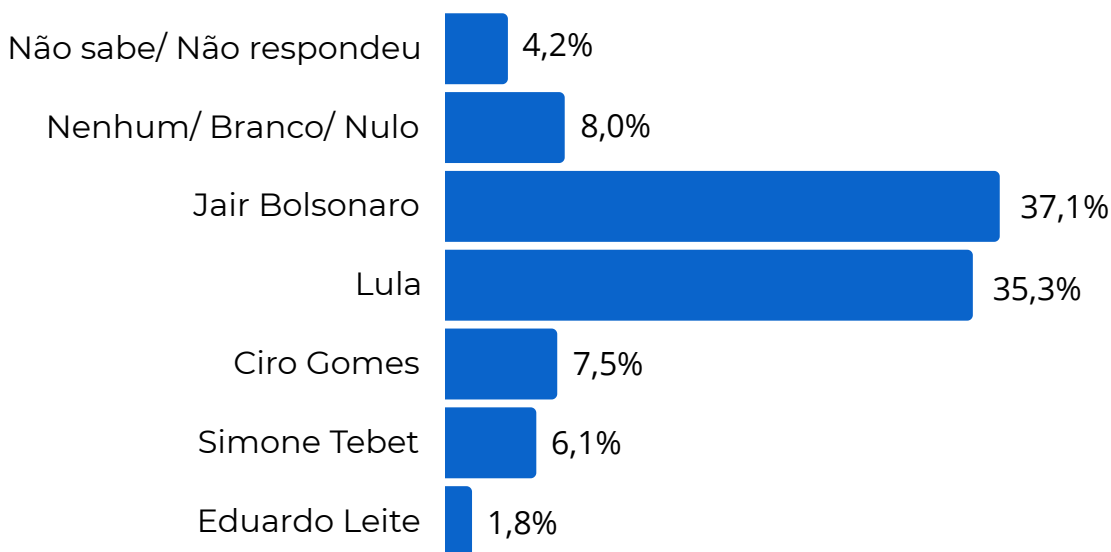
Popularidade de Lula derrete no embalo de um governo sem rumo

Pesquisa eleitoral aponta cenário sombrio para o petista; mesmo no Nordeste, antigo reduto do atual presidente, número de brasileiros que reprova o governo já supera os que aprovam

Em pesquisa recente realizada pelo instituto Paraná Pesquisas sobre a corrida presidencial de 2026, o ex-presidente Jair Bolsonaro surge à frente de Lula.

Mesmo estando momentaneamente inelegível, Bolsonaro confirma sua força junto à opinião pública. Segundo a pesquisa, 37,1% dos entrevistados disseram que votariam em Bolsonaro. Outros 35,3% demonstram intenção de voto a favor do atual mandatário do executivo federal. Outros nomes citados como Ciro Gomes e Simone Tebet seguem com 7,5% e 6,1%, respectivamente. Brancos e nulos totalizaram 8%, enquanto 4,2% dos entrevistados optaram por não responder ou não souberam fazê-lo.

Segundo a pesquisa, Bolsonaro consolida o apoio especialmente junto aos evangélicos. Aproximadamente metade deles votariam em Bolsonaro para presidente em 2026. Já 27,3% dos evangélicos disseram preferir Lula.



“Se as eleições para Presidente do Brasil fossem hoje e os candidatos fossem esses, em quem o(a) Sr(a) votaria?”

Fonte: Paraná Pesquisas (Mar/2024).

Vale ressaltar as intenções de votos nas regiões. Bolsonaro venceria Lula nas regiões Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste. E na região Nordeste, onde prevalecem as intenções de votos para Lula, os números dessa última pesquisa são animadores para Bolsonaro. A desaprovação do petista cresceu e superou a aprovação, pela primeira vez, desde o início de seu terceiro mandato como presidente da república.

O cenário político atual se parece muito com o vivido em 2022: o país polarizado entre Bolsonaro e Lula. A grande diferença, talvez, possa estar nas ruas. Bolsonaro continua mostrando poder de mobilização de suas bases eleitorais. O evento realizado na Avenida Paulista em 25 de fevereiro deste ano, a seu pedido, confirma o capital político do ex-presidente. Aonde quer que Bolsonaro vá, percebe-se o apoio espontâneo pelas ruas e nos eventos em que o ex-presidente tem participado.

Já o presidente Lula tem tido extrema dificuldade em mobilizar a sua base. Em manifestações ocorridas na semana passada em pelo menos vinte capitais pelo país e duas cidades no exterior, convocadas por Lula e pela presidente do seu partido e deputada federal, Gleisi Hoffmann, com a participação das “frentes” Brasil Popular e Povo Sem Medo, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento Sem-Terra, além de partidos políticos como PC do B e PSOL, ficou evidente a falta de comando e poder de mobilização dos atuais líderes da esquerda brasileira. O fracasso nos atos pelo país e no exterior só comprova o resultado das pesquisas recentes.



A queda na popularidade do presidente Lula já havia sido detectada em pesquisas anteriores pelos institutos Quaest, Datafolha e Atlasintel. Esse “derretimento” da popularidade parece estar em simbiose com sua falta de gestão.

Em recente pesquisa feita pelo Datafolha e publicada no dia 28 de março, a sensação de insegurança tem aumentado significativamente entre os brasileiros. Conforme os resultados publicados, aproximadamente 66% dos brasileiros ficam inseguros ao caminhar nas ruas durante a noite. Esse percentual estava em 61% há seis meses, segundo a pesquisa anterior realizada pelo mesmo instituto. A região Sudeste tem o maior percentual de entrevistados que se sentem “muito inseguros” (45%). A região Sul do país tem o menor percentual, registrando 32%.

Ainda sobre o levantamento realizado pelo Datafolha, o índice dos que avaliam o governo Lula como ruim ou péssimo subiu de 30% para 33% desde o fim de 2023. Por acaso, na última reunião ministerial, Lula se mostrou preocupado e cobrou dos auxiliares mais efetividade na comunicação.

Segundo o jornal O Globo, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) sofre uma divisão interna. Além disso, a influência da primeira-dama Rosângela da Silva tem colaborado para a dispersão nas ações da pasta. Em sua última entrevista sobre o assunto, “Janja” disse ser “alvo de misoginia e de machismo, enraizados na política e reverberados pela imprensa, que tentam tornar as mulheres o elo mais fraco”. Os secretários José Chrispiniano, Ricardo Stuckert e Brunna Rosa não comentaram sobre a fala da primeira-dama.

O governo padece da falta de uma estratégia para enfrentar a realidade instalada dentro do Palácio do Planalto. Lula parece não ter mais nada para oferecer aos “leões”. Já para a grande mídia, o aporte financeiro tem sido cada vez maior.

Outra pesquisa também publicada na semana passada, do PoderData, mostra uma queda de 7 pontos percentuais entre os entrevistados que consideram a gestão do governo Lula “melhor” que a de seu antecessor. A pesquisa anterior feita pelo PoderData foi realizada em janeiro deste ano. Mais uma vez, os números apresentados são desfavoráveis ao atual mandatário e acendem mais uma “luz vermelha” dentro do Palácio do Planalto.

O que Lula poderá fazer para reverter essa “queda livre” em sua popularidade e também em sua gestão? O desprestígio de Lula é crescente nas ruas. E a tendência é que o Congresso Nacional acompanhe a opinião dos seus representados. Dinâmica semelhante passou a ex-presidente Dilma Rousseff antes de sofrer o impeachment em 2016.



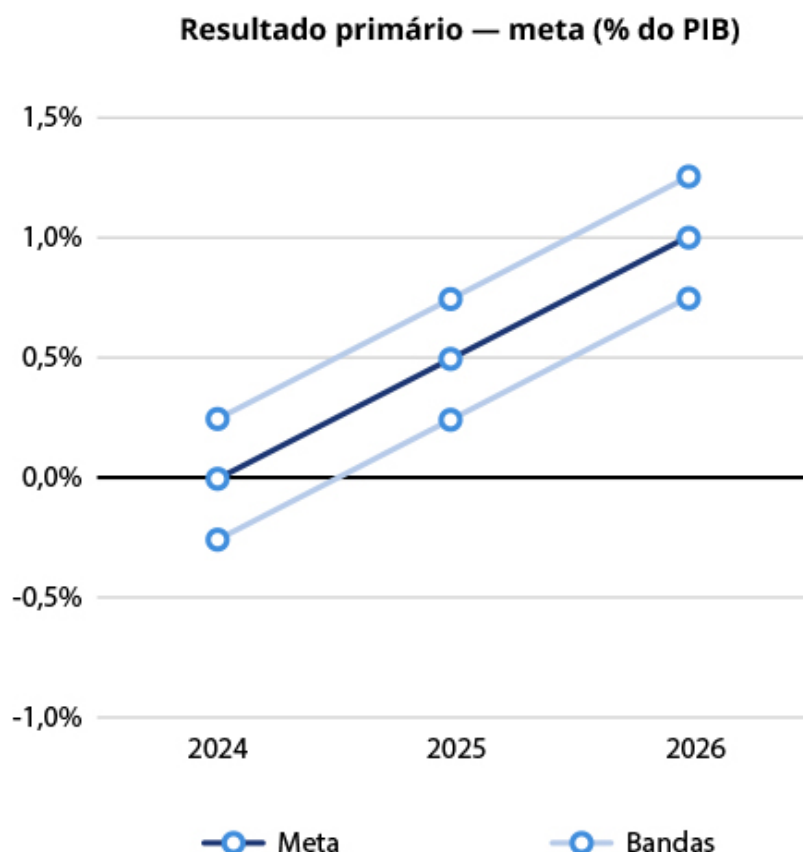
GESTÃO FISCAL

Com aumento de gastos, contas do governo fecham fevereiro com rombo de R\$ 58,4 bilhões

Crescimento das despesas foi de quase 30% em relação ao mesmo período do ano passado, comprometendo meta básica do novo Arcabouço Fiscal

- Em janeiro de 2024, o crescimento das receitas foi praticamente anulado pelo crescimento das despesas. No mais novo relatório da Secretaria do Tesouro Nacional, outra movimentação ocorreu. Diferente de janeiro, em que se esperam superávits, fevereiro costuma ser um mês de déficits - e em 2024, isso não foi diferente.
- Em fevereiro do ano passado, o déficit registrado, em valores constantes, foi de R\$ 42,4 bilhões. Neste ano, o déficit passou para R\$ 58,4 bilhões. Parte da explicação está nos pagamentos de precatórios, que ocorreram no valor de R\$ 29,3 bilhões.
- Sem os precatórios, a despesa total é, em valores constantes, 7,7% maior do que a de fevereiro do ano passado (o valor é 27,4% maior se contarmos o adiantamento dos precatórios).
- Pelo lado da receita, se observa um crescimento do Imposto de Renda e da Cofins, que explicam boa parte do aumento da carga.

- O resultado de fevereiro, acompanhado por um janeiro pior que o do ano passado, pressiona a meta zero deste ano. Contudo, há dúvidas ainda maiores sobre a viabilidade das metas primárias prometidas na promulgação do arcabouço fiscal, que propagandeou uma meta zero em 2024 seguida por um superávit de 0,5% do PIB em 2025 e de 1% em 2026. Veja o gráfico divulgado à época:



Fonte: [Câmara dos Deputados](#)

- A promessa também aparece no “Perguntas e Respostas Sobre o Novo Arcabouço Fiscal” do [site do Ministério da Fazenda](#). Destaca-se que o próprio ministério afirma que o bom desempenho fiscal é essencial para a redução dos juros. Veja abaixo:

9. Qual vai ser o efeito nas contas públicas em termos de resultado primário e dívida pública?

Uma das principais metas do novo arcabouço fiscal é eliminar o déficit primário já em 2024. A proposta prevê um superávit nas contas públicas em 0,5% do PIB em 2025 e de 1% em 2026. Para evitar uma rigidez excessiva, essa meta contempla uma banda de +/- 0,25% para o resultado primário em todos os anos. Considerando o cumprimento do centro das metas cumprido, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) deve se estabilizar em 76,54% do PIB em 2026. Já em um cenário otimista, com queda dos juros futuros, o endividamento cairia para 75,05% em 2026 (dados da Secretaria do Tesouro Nacional). Isso significa previsibilidade e estabilidade para os agentes da sociedade, com regras confiáveis e que realmente podem ser executadas, preservando os gastos relevantes para o bem-estar da social, em especial dos mais pobres. A ancoragem das expectativas sobre as contas públicas e a capacidade do Governo em honrar seus compromissos financeiros, abre espaço para que esses agentes cobrem menos para financiarem a Dívida Pública, isto é, possibilitam a queda nas taxas de juros, o que incentiva o crescimento econômico do país.

- Essa sequência de resultados primários, no entanto, parece ter sido abandonada. Em entrevista recente ao jornal CNN, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu que 2025 não seguirá com o resultado de 0,5% do PIB. Perguntado sobre o assunto, o ministro também jogou a bola para o Congresso ao reafirmar que o resultado primário depende das medidas legislativas arrecadatórias do governo.
- O abandono do esforço fiscal para se obter superávits fará com que a dívida pública brasileira suba. Se já era esperado que ela subisse mesmo com o arcabouço, não se espera convergência da dívida sem seguir o novo regime fiscal nem mesmo por um ano.

3 TRABALHO

Projeto de Lula reduz ganhos de motoristas de aplicativo para aumentar arrecadação do governo

Categoria protesta em todo o país contra proposta, que abre brecha para remunerações inferiores a um salário mínimo; oposição trabalha para impedir intervenção do governo no setor

Motoristas de aplicativos realizaram manifestação em todo o país na última terça-feira (26) contra o Projeto de Lei Complementar 12/2024, apresentado pelo governo, requerendo a retirada da urgência presidencial da proposta.

A proposta prevê auxílio-maternidade, contribuição ao INSS e pagamento mínimo por hora de trabalho no valor de R\$ 32,10, com jornada de trabalho que não ultrapasse 12 horas diárias. Desse valor, R\$ 24,00 correspondem a gastos previstos, como combustível, e R\$ 8,00 ao salário do trabalhador.



Considerando uma carga mínima de 44 horas semanais, isso garante aos trabalhadores, como piso salarial, apenas um salário mínimo.

O valor estipulado é considerado um retrocesso: hoje, as plataformas pagam mais do que o piso a ser estabelecido. Segundo dados do Indeed, buscador de empregos criado nos EUA, a remuneração média paga pela empresa Uber para o cargo de motorista, a nível Brasil, é de aproximadamente R\$ 2.950,00 por mês. O valor é baseado em 454 dados coletados diretamente de funcionários e usuários.

Com o projeto, o governo prevê arrecadar R\$ 279 milhões por mês apenas com as empresas, e como maior justificativa para aprovação do PL destaca a garantia de direitos de aposentadoria dos trabalhadores dessa categoria através da contribuição individual, algo que hoje já é possível, tendo em vista a falta de vínculo empregatício entre as partes.

O jornal digital Intercept Brasil entrevistou David Deccache, doutor em economia pela Universidade de Brasília, diretor do Instituto de Finanças Funcionais para o Desenvolvimento e assessor econômico do Psol na Câmara dos Deputados, o qual afirmou que o projeto, se aprovado, piora a vida dos trabalhadores.

“(...) Pode ficar disponível para o trabalho 16 horas por dia, mas você só vai rodar aproximadamente 12 horas, e eu só vou te pagar 12 horas. Essas outras quatro horas que você perdeu esperando cliente, esperando chamada, parando para ir ao banheiro, bebendo uma água, se alimentando, essas coisas que os seres humanos fazem, você não ganha.”

“Todo esse período, desde o período em que o trabalhador para pra abastecer o carro, para lavar o carro, para encher um pneu, para almoçar, ir ao banheiro, tudo isso não é remunerado.”

“O que isso significa, na prática, é o fim do salário mínimo no Brasil – para uma categoria específica. Porque se o cara só ganha a hora efetiva de trabalho, ele vai trabalhar uma hora e só vai ganhar 40 minutos, por exemplo.”

“Qualquer empresa contribui sobre a hora em que o trabalhador está disponível. Um atendente ou um caixa de mercado, por exemplo, está trabalhando e está recebendo quando tem cliente passando no caixa ou não. A empresa está remunerando ela, e remunerando a previdência dela, em todo esse tempo. Até na questão previdenciária o projeto propõe uma deterioração.”

De acordo com a Federação dos Motoristas por Aplicativos do Brasil (Fembrapp), a principal crítica do grupo é quanto à cobrança das corridas. Enquanto o PL do governo estabelece a remuneração básica de R\$ 32,10 Por hora, os profissionais desejam que a cobrança seja feita com base no quilômetro rodado e no tempo. Uma das contrapropostas apresentadas pelo grupo é que seja cobrado R\$ 2,00 por cada quilômetro rodado e R\$ 0,40 por minuto. O que elevaria a contraproposta para R\$ 81,42.

A oposição ao governo no Congresso Nacional já sinalizou por diversas vezes que está sintonizada com os motoristas de aplicativos no que tange à regulamentação das atividades de forma justa, inclusive através de apresentação de projetos de leis que aguardam tramitação pelas casas, se mostrando contra a intervenção do governo na atividade dos motoristas de aplicativos.





RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Com o apoio de Lula, Macron ataca acordo comercial que beneficiaria o Brasil

Presidente francês usa agenda com petista para tentar recuperar popularidade em seu país; ele é um dos principais opositores do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, que traria mais investimentos ao Brasil

Na semana passada, o presidente da França, Emmanuel Macron, veio ao Brasil para cumprir uma longa agenda. A visita se iniciou em uma comunidade indígena na cidade de Belém (PA), que sediará a COP-30 em 2025. Lula, ao confundir Macron com o ex-presidente francês Nicolas Sarkozy, atacou mais uma vez o Agro ao afirmar que a extensão de terras indígenas no Brasil é insuficiente.

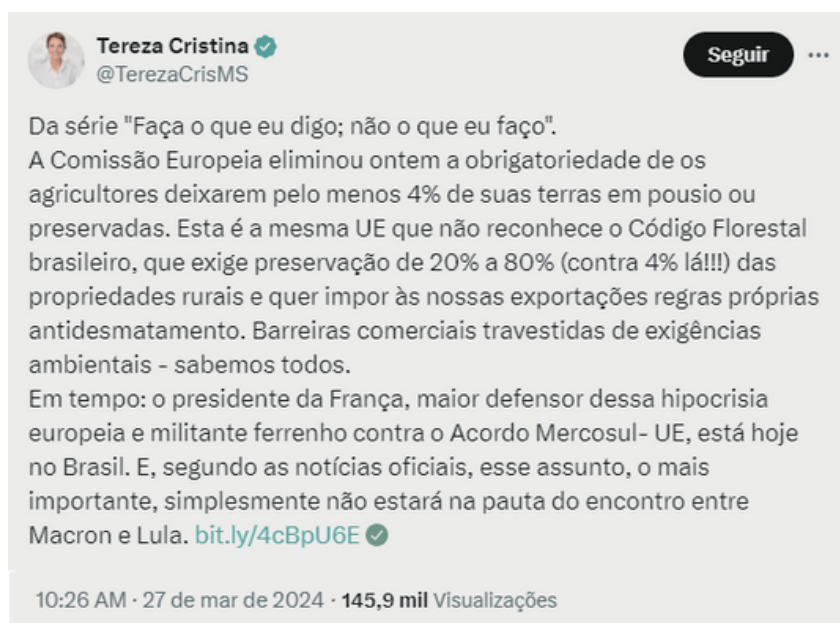


“É importante lembrar que os conservadores brasileiros, os latifundiários brasileiros, aqueles que são contra a participação do povo, costumam dizer o seguinte: ‘O povo indígena já tem muita terra no Brasil, eles já tem 14% de todo o território nacional. É muita terra para indígenas’. Todo dia eles falam isso.”

“Eu tenho orgulho de dizer que este é o governo que mais ‘remarcou’ [demarcou] terras indígenas e é o governo que vai continuar ‘remarcando’ [demarcando].”

Lula, em agenda com Macron

Macron, por sua vez, busca aumentar sua abalada popularidade na França, ao tentar liderar uma agenda ambiental internacional. Ocorre que, enquanto os dois líderes discutiam a preservação da Amazônia brasileira e a tão desejada sustentabilidade global, países da UE aprovavam normas ambientais flexíveis para seus agricultores. A Senadora Tereza Cristina (PP-MS), em resposta ao rio de hipocrisias, juntou os acontecimentos e publicou em suas redes sociais:



A importância do acordo Mercosul-União Europeia para o Brasil

O acordo Mercosul-UE foi assinado em 2019, após mais de 20 anos de discussão e foi uma grande vitória para o Brasil. Segundo estudo publicado pelo IPEA, caso o acordo entre em vigor, o Brasil se beneficiaria em aumentos do PIB, de investimentos e de ganhos na balança comercial.

De acordo com o IPEA, o acordo geraria crescimento de 0,46% no PIB brasileiro (cerca de US\$ 9,3 bilhões) entre 2024 e 2040. O estudo também conclui que o Brasil ganharia mais que os europeus (aumento de 0,06% no PIB) e que outros países do Mercosul (alta de 0,20%).

O acordo resultaria em um aumento de 1,49% nos investimentos no Brasil, em comparação com o cenário em que a parceria não ocorresse. Nesse contexto, o Brasil se destacaria, assim como no PIB, com vantagens substancialmente maiores do que a União Europeia (0,12%) e os demais países do Mercosul (0,41%). No que diz respeito à balança comercial, o país experimentaria um ganho de US\$ 302,6 milhões, enquanto os demais países do Mercosul registrariam US\$ 169,2 milhões, e a União Europeia (UE) sofreria uma queda de US\$ 3,44 bilhões, devido às reduções tarifárias e concessões de cotas de exportação previstas.

Atualmente, o acordo passa por revisão legal e tradução a todos os idiomas oficiais da UE. Entretanto, devido a impasses no Parlamento Europeu capitaneados por Macron, um mecanismo adicional ao acordo foi colocado à mesa de negociação: a “side letter”, que busca incrementar as garantias ambientais. Nada mais que protecionismo travestido de requisito técnico, que também serve para atrasar a execução do acordo.

Não satisfeito, Macron atacou o acordo em sua visita ao Fórum Econômico Brasil-França, na Fiesp, na presença de empresários do setor industrial e do ministro Fernando Haddad e do vice-presidente Geraldo Alckimin.

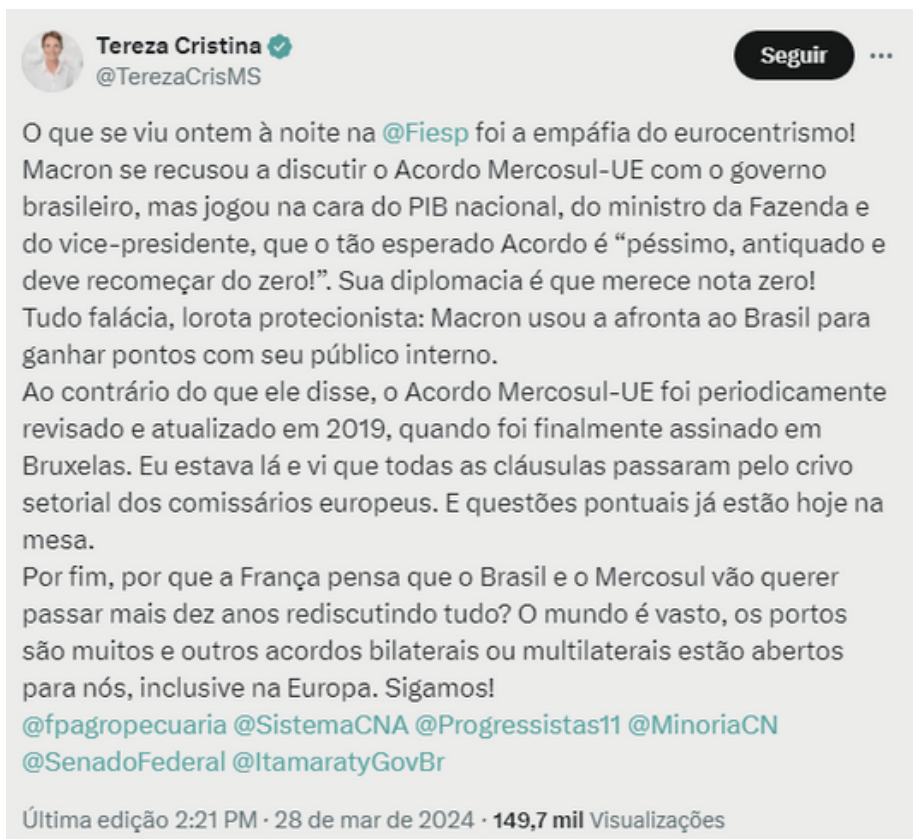


Pelas críticas infundadas e superficiais ao afirmar que acordo estava antigo e precisava ser revisto, por ter mais de 20 anos, a CNI se pronunciou:

“Como qualquer outro acordo comercial, este não é um acordo estático. A negociação faz parte de um processo cíclico, que permite atualizações sempre que for necessário. Nesse sentido, as disposições estabelecidas servem como ponto de partida para ampliarmos o diálogo entre os dois blocos e aprimorar os padrões. Inclusive, faz parte do texto uma disposição específica de revisão, que permite melhorias contínuas dos compromissos originalmente estabelecidos.”

Ricardo Alban, presidente da CNI

Já a senadora Tereza Cristina, por sua vez, publicou:



Tereza Cristina ✓
@TerezaCrisMS

Seguir ...

O que se viu ontem à noite na @Fiesp foi a empáfia do eurocentrismo! Macron se recusou a discutir o Acordo Mercosul-UE com o governo brasileiro, mas jogou na cara do PIB nacional, do ministro da Fazenda e do vice-presidente, que o tão esperado Acordo é “péssimo, antiquado e deve recomeçar do zero!”. Sua diplomacia é que merece nota zero! Tudo falácia, lorota protecionista: Macron usou a afronta ao Brasil para ganhar pontos com seu público interno.

Ao contrário do que ele disse, o Acordo Mercosul-UE foi periodicamente revisado e atualizado em 2019, quando foi finalmente assinado em Bruxelas. Eu estava lá e vi que todas as cláusulas passaram pelo crivo setorial dos comissários europeus. E questões pontuais já estão hoje na mesa.

Por fim, por que a França pensa que o Brasil e o Mercosul vão querer passar mais dez anos rediscutindo tudo? O mundo é vasto, os portos são muitos e outros acordos bilaterais ou multilaterais estão abertos para nós, inclusive na Europa. Sigamos!

[@fpagropecuaria](#) [@SistemaCNA](#) [@Progressistas11](#) [@MinoriaCN](#)
[@SenadoFederal](#) [@ItamaratyGovBr](#)

Última edição 2:21 PM · 28 de mar de 2024 · 149,7 mil Visualizações

Lula precisa trabalhar em favor do Brasil. Especialmente em momentos oportunos como este em que recebeu uma das autoridades mais importantes da Europa. Contudo, o presidente insiste em atacar o setor produtivo, enquanto realiza discursos levianos e populistas para sua base. Base cada vez menor.

Discursos em favor da população indígena e do meio ambiente que não são colocados em prática:

- ONG ligada a Marina Silva aponta aumento de 433% de queimadas na Amazônia no 1º bimestre;
- Sob Lula, Terra Yanomami teve 363 mortes em 2023 contra 343 em 2022;
- Bomba-relógio - greve de fiscais ambientais há mais de 80 dias;
- Garimpo ilegal cresce 35 mil hectares no Brasil.



MEIO AMBIENTE

Em operação ineficiente e sem licitação, governo vai pagar R\$ 20 mil pela entrega de cada cesta básica a yanomamis

Empresa de táxi aéreo foi contratada por R\$ 185 milhões; mais de um ano após declarar crise na terra Yanomami, Ministério dos Povos Indígenas segue sem um plano de ação e age à revelia da transparência e da legalidade

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está novamente sob os holofotes por suas práticas questionáveis de gestão e alocação de recursos públicos. Mais de um ano após declarar crise na Terra Indígena Yanomami, o Ministério dos Povos Indígenas age à revelia da transparência e da legalidade, elevando a verba da pasta em uma canetada e destinando vultuosos recursos a uma empresa de táxi aéreo, sem licitação.

No dia 13 de março, a exorbitante quantia de R\$ 185 milhões foi despejada em uma única empresa de táxi aéreo para a entrega de cestas básicas nas aldeias yanomamis. O escárnio atinge níveis alarmantes quando se descobre que esse montante corresponde a 40,6% dos R\$ 455 milhões repassados ao Ministério dos Povos Indígenas através da Medida Provisória (MP) 1.209/2024, publicada no dia 12 de março. Em outras palavras, a verba foi reservada para a empresa no dia seguinte à publicação da MP, sem sequer dar margem para uma competição justa e transparente.

Segundo análise do jornal Gazeta do Povo, o montante de R\$ 185 milhões para levar 9 mil cestas básicas aos yanomamis custará pouco mais de R\$ 20 mil por cesta básica.



A dispensa de licitação foi justificada como uma "necessidade" diante da situação dos yanomamis. Entretanto, o que se observa é uma flagrante falta de transparência e um desvio dos princípios básicos de governança pública. Questionado, o Ministério dos Povos Indígenas ofereceu justificativa vaga, afirmando que a contratação da empresa emergiu como a via mais rápida e tangível para "salvaguardar direitos".

É inaceitável que o governo alegue emergência para driblar os processos licitatórios, especialmente quando se trata de um montante tão substancial de recursos públicos. O histórico de ações duvidosas do governo em relação aos povos indígenas apenas reforça a necessidade de um escrutínio minucioso sobre cada centavo destinado a essas comunidades.

O próprio ministro da Casa Civil, Rui Costa, admitiu que as ações emergenciais estariam sendo deixadas de lado em favor de medidas estruturais. No entanto, a prática parece indicar o contrário, com uma quantidade significativa de recursos sendo direcionada a uma única empresa de maneira obscura e questionável.

Além disso, a falta de clareza sobre como esses recursos serão de fato utilizados apenas aumenta as suspeitas de malversação e desvio de verbas. Enquanto isso, as comunidades indígenas continuam a enfrentar desafios enormes, desde desnutrição até o avanço do garimpo ilegal em seus territórios.

É imprescindível que haja uma investigação rigorosa sobre esses gastos e que os responsáveis sejam devidamente responsabilizados. O povo brasileiro merece um governo transparente, ético e comprometido com o bem-estar de todos os seus cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, como os povos indígenas. O que estamos testemunhando, no entanto, é uma gestão desastrosa, que parece colocar os interesses privados acima do interesse público.